



Simulado Especial

TRT SE

Analista Judiciário - Área
Administrativa - Pós-Edital

Simulado

Simulado Especial TRT-SE (Analista Judiciário - Área Administrativa)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Área Administrativa do TRT-SE**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/ACvwu7N26m6S1kmx7>

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) |

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Patrícia Manzato***Texto 01****Conselhos de Um Velho Apaixonado**

De repente os olhos bem abertos. E a escuridão toda escura. Deve ser noite alta. Acendo a luz da cabeceira e para o meu desespero são duas horas da noite. E a cabeça clara e lúcida. Ainda arranjaréi alguém igual a quem eu possa telefonar às duas da noite e que não me maldiga. Quem? Quem sofre de insônia? E as horas não passam. Saio da cama, tomo café. E ainda por cima com um desses horríveis substitutos do açúcar porque Dr. José Carlos Cabral de Almeida, dietista, acha que preciso perder os quatro quilos que aumentei com a superalimentação depois do incêndio. E o que se passa na luz acesa da sala? Pensa-se uma escuridão clara. Não, não se pensa. Sente-se. Sente-se uma coisa que só tem um nome: solidão. Ler? Jamais. Escrever? Jamais. Passa-se um tempo, olha-se o relógio, quem sabe são cinco horas. Nem quatro chegaram. Quem estará acordado agora? E nem posso pedir que me telefonem no meio da noite pois posso estar dormindo e não perdoar. Tomar uma pílula para dormir? Mas e o vício que nos espreita? Ninguém me perdoaria o vício. Então fico sentada na sala, sentindo. Sentindo o quê? O nada. E o telefone à mão.

Mas quantas vezes a insônia é um dom. De repente acordar no meio da noite e ter essa coisa rara: solidão. Quase nenhum ruído. Só o das ondas do mar batendo na praia. E tomo café com gosto, toda sozinha no mundo. Ninguém me interrompe o nada. É um nada a um tempo vazio e rico. E o telefone mudo, sem aquele toque súbito que sobressalta. Depois vai amanhecendo. As nuvens se clareando sob um sol às vezes pálido como uma lua,

às vezes de fogo puro. Vou ao terraço e sou talvez a primeira do dia a ver a espuma branca do mar. O mar é meu, o sol é meu, a terra é minha. E sinto-me feliz por nada, por tudo. Até que, como o sol subindo, a casa vai acordando e há o reencontro com meus filhos sonolentos.

Clarice Lispector

01. A autora do texto NÃO trata diretamente sobre si mesma no seguinte trecho:

- a) *De repente os olhos bem abertos...;*
- b) *Quem? Quem sofre de insônia?...;*
- c) *Ler? Jamais. Escrever? Jamais.;*
- d) *E tomo café com gosto, toda sozinha no mundo...;*
- e) *Até que, como o sol subindo, a casa vai acordando...*

02. Dentro do contexto do texto, pode-se inferir que o significado do termo "dom" é:

- a) Um benefício natural
- b) Um talento inato
- c) Uma dádiva ou bênção
- d) Uma habilidade aprendida
- e) Um obstáculo inesperado

03. Antecipa uma expressão no texto o termo sublinhado em:

- a) *Ainda arranjaréi alguém igual a quem eu possa telefonar às duas da noite...*
- b) *Quem sofre de insônia?*
- c) *E nem posso pedir que me telefonem no meio da noite...;*
- d) *Sente-se uma coisa que só tem um nome*
- e) *...a casa vai acordando e há o reencontro com meus filhos sonolentos...*

04. No trecho "*E ainda por cima com um desses horríveis substitutos do açúcar porque Dr. José Carlos Cabral de Almeida, dietista, acha que preciso perder os quatro quilos que aumentei com a superalimentação depois do incêndio.*", é possível identificar a predominância de qual tipo de discurso?

- a) Discurso direto
- b) Discurso indireto
- c) Discurso indireto livre
- d) Discurso narrativo
- e) Discurso relatado

05. Quanto ao sentido do último parágrafo, pode-se afirmar que a autora do texto aparentemente está

- a) desanimada;
- b) sensata;
- c) infeliz;
- d) receosa;
- e) conformada

06. Na oração "*E a cabeça clara e lúcida.*", a expressão sublinhada exerce a função sintática de

- a) Predicativo do sujeito
- b) Predicativo do objeto
- c) Complemento verbal
- d) Adjunto adnominal
- e) Adjunto adverbial

07. O trecho "*E sinto-me feliz por nada, por tudo.*" pode ser sintaticamente classificado como:

- a) simples
- b) subordinado, composto de oração adjetiva
- c) subordinado, composto de oração adverbial
- d) subordinado, composto de oração substantiva
- e) coordenado

08. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do 1º parágrafo do texto em:

- a) *De repente os olhos bem abertos* => Quiçá os olhos se entreabrem;
- b) *para o meu desespero são duas horas da noite* => Minha angústia: são duas da manhã;
- c) *E as horas não passam* => Mas as horas aviam-se;
- d) *que só tem um nome* => que apenas se nomeia;
- e) *E nem posso pedir* => Ao menos se pudesse clamar;

09. No contexto do texto, o sentido mais adequado para a expressão "solidão" em "*De repente acordar no meio da noite e ter essa coisa rara: solidão.*" traduz-se como

- a) Isolamento social
- b) Autossuficiência
- c) Paz interior
- d) Reflexão introspectiva
- e) Abandono

10. A espera por um telefonema é retomada duas vezes no texto, com o sentido de:

- a) pontuar a falta de comunicação entre as personagens;
- b) sinalizar que a narradora não gostava do barulho do aparelho;
- c) enfatizar a solidão da narradora;
- d) afirmar a necessidade de amigos por perto da narradora;
- e) mitigar o sentido da solidão para a narradora.

Texto 02

Migrações humanas, conhecer os mecanismos das estações, invenções da agricultura, a domesticação de animais, a caça e a coleta, conflitos entre os grupos humanos e demais construções sociais podem ser considerados parte dos primeiros conhecimentos geográficos, um cenário em que a palavra de ordem era a sobrevivência. É na correlação destes e outros saberes que se vai forjando a condição para a supremacia da raça humana na terra, um processo que acabou diferenciando os próprios grupos humanos, surgindo assim o domínio de uns em detrimentos de outros.

Disponível em <<https://periodicos.ufpe.br/>>

11. Dentro do Texto 02, configura exemplo de oração formada pelo processo de subordinação a alternativa:

- a) *...conhecer os mecanismos das estações;*
- b) *...demais construções sociais podem ser considerados parte dos primeiros conhecimentos geográficos;*
- c) *É na correlação destes e outros saberes...;*
- d) *...que acabou diferenciando os próprios grupos humanos...;*
- e) *...o domínio de uns em detrimentos de outros.*

12. Os sete demais grupamentos não mostraram variações estatisticamente significativas.

A oração acima está escrita na voz ativa; se transformássemos essa frase para a voz passiva, a forma verbal correta seria:

- a) não foi mostrado;
- b) não foram mostradas;
- c) não se mostram;
- d) não mostrou;
- e) não mostraram.

13. *Migrações humanas, conhecer os mecanismos das estações, invenções da agricultura, a domesticação de animais, a caça e a coleta, conflitos entre os grupos humanos e demais construções sociais podem ser considerados parte dos primeiros conhecimentos geográficos.*

A alteração proposta que manteria a correção gramatical do trecho é:

- a) inserção de vírgula antes de “e demais construções”;
- b) substituição de “conhecer” por “conhecimento”;
- c) substituição de “grupos” por “sociedades”;
- d) substituição de “podem ser considerados” por “pode-se considerar”;
- e) substituição de “considerados” por “consideradas”.

14. Com base no texto, é correto afirmar que:

- a) A supremacia da raça humana na Terra foi um processo imediato, resultante da migração e domesticação de animais.
- b) A sobrevivência dos primeiros grupos humanos dependia exclusivamente da caça e da coleta.
- c) O conhecimento geográfico dos primeiros seres humanos estava diretamente relacionado às suas necessidades de sobrevivência.
- d) A domesticação de animais foi a única invenção importante mencionada no processo de diferenciação entre grupos humanos.
- e) O texto enfatiza que todos os grupos humanos, ao longo da história, alcançaram um mesmo nível de supremacia e domínio.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO*Eduardo Mocellin*

15. Sendo n um número natural, considere a operação $*$ definida por:

$$n^* = \frac{n \times (n + 1)}{2}$$

Nesse caso, o resultado da operação $(4^*)^* + (5^*)^*$ é um número:

- a) Menor do que 100
- b) Maior ou igual a 100 e menor do que 150
- c) Maior ou igual a 150 e menor do que 200
- d) Maior ou igual a 200 e menor do que 250
- e) Maior ou igual a 250

16. Em uma cidade com 5.000 trabalhadores, verificou-se que uma parte deles ganha, cada um, no máximo um salário mensal igual a R\$ 4.000,00, sendo que a média aritmética destes apresentou um valor igual a R\$ 2.000,00. A média aritmética dos salários dos trabalhadores que ganham acima de R\$ 4.000,00 apresentou um valor igual a R\$ 6.000,00. Se a média aritmética dos salários de todos os 5.000 trabalhadores é igual a R\$ 2.800,00, o número de trabalhadores que ganham acima de R\$ 4.000,00 é

- a) 1.000
- b) 1.500
- c) 2.000
- d) 2.200
- e) 2.400

17. Bruna, Maria e Sara possuem, cada uma, um animal de estimação. Uma delas tem um gato, outra tem um periquito e outra tem um cachorro. Sabe-se que:

- I. O periquito não pertence a Bruna;
- II. Sara não possui o gato;
- III. Maria não possui o periquito;

IV. O cachorro não pertence a Bruna.

Então, é verdade que

- a) Bruna não possui o gato.
- b) Maria possui o gato.
- c) Sara não possui o periquito.
- d) Bruna possui o periquito.
- e) Maria possui o cachorro.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA*Emannuelle Gouveia*

18. No Windows 10, temos uma funcionalidade que torna o sistema mais sensível ao toque quando você usa seu dispositivo como um tablete. Essa opção é chamada de “Modo Tablet”. A opção que permite alternar entre o uso ou não do Modo Tablet, se encontra no menu:

- a) Aplicativos.
- b) Dispositivo.
- c) Telefone.
- d) Sistema.
- e) Contas.

19. Caracteriza-se pelo envio de mensagens em massa de forma não autorizada. Essa é a definição do ataque conhecido como:

- a) spam
- b) pharming
- c) worm
- d) vírus
- e) trojan

20. No Google Chrome para ativar o modo de navegação anônimo devemos usar que combinação de teclas:

- a) CTRL + A
- b) CTRL + SHIFT + N.
- c) Shift + N.
- d) CTRL + F
- e) Alt + T.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO DO TRABALHO

Antônio Daud

21. Considere que um empregado, cujo salário-hora é de R\$ 10,00, teve 30 minutos de intervalo intrajornada suprimidos por 20 dias no mês. Qual valor ele deve receber, naquele mês, pela supressão do intervalo intrajornada?

- a) R\$ 100,00
- b) R\$ 150,00
- c) R\$ 200,00
- d) R\$ 250,00
- e) R\$ 300,00

22. Considere que um empregado com salário de R\$ 2.000,00 teve seu contrato extinto por acordo com o empregador, após 3 anos de trabalho, tendo acumulado saldo de FGTS de R\$ 6.000,00. Qual o valor que o empregado deve receber a título de multa do FGTS nesse caso?

- a) R\$ 800,00
- b) R\$ 1.200,00
- c) R\$ 1.600,00
- d) R\$ 2.000,00
- e) R\$ 2.400,00

23. Considere um empregado, que atua como vigilante, exposto a riscos de roubos ou outras espécies de violência física, receba salário base de R\$ 3.000,00 e mais R\$ 400,00 a título de participações nos lucros da empresa. Suponha que o salário-mínimo é de R\$ 1.500,00. Qual é o valor do adicional de periculosidade que ele deve receber mensalmente?

- a) R\$ 450,00
- b) R\$ 700,00
- c) R\$ 800,00
- d) R\$ 900,00
- e) R\$ 1.020,00

24. Considere que um empregado recebeu, em determinado mês, um salário fixo de R\$ 2.200,00 e gorjetas no valor de R\$ 1.100,00. Sabendo que ele tem jornada contratual de 44 horas semanais e trabalhou 10 horas extras no mês (com adicional de 50%), qual o valor total que ele deve receber a título de horas extras?

- a) R\$ 150,00
- b) R\$ 162,50
- c) R\$ 175,00
- d) R\$ 225,00
- e) R\$ 275,00

25. Considerando o que informa o princípio da intangibilidade salarial, é correto afirmar que:

- a) a legislação proíbe qualquer espécie de redução do valor dos salários, inclusive a supressão do pagamento de adicionais.
- b) a legislação proíbe reduções do valor dos salários, excetuados unicamente os adicionais.
- c) a legislação proíbe a supressão do pagamento de adicionais, exceto quando a supressão decorre de negociação coletiva.
- d) a legislação garante expressamente, em qualquer hipótese, a manutenção do valor real dos salários dos empregados.
- e) em regra, é proibida a redução dos salários dos empregados, embora tal vedação comporte exceções, a exemplo da supressão do pagamento de adicionais e da redução do valor nominal do salário mediante negociação coletiva de trabalho.

26. O acordo coletivo de trabalho prevalece sobre a lei quando dispuser sobre:

- a) banco de horas anual, intervalo intrajornada, respeitado o limite mínimo de trinta minutos para jornadas superiores a seis horas, e troca do dia de feriado.
- b) adesão ao Programa Seguro-Emprego – PSE, seguro-desemprego, remuneração por produtividade, incluídas gorjetas percebidas pelo empregado, e remuneração por desempenho individual.
- c) valor nominal do 13º salário, valor dos depósitos do FGTS e banco de horas anual.
- d) número de dias de férias e teletrabalho.
- e) regime de sobreaviso e adicionais de atividades penosas, insalubres ou perigosas.

27. Considerando as regras expressas na CLT, assinale a utilidade/importância que NÃO possui natureza salarial:

- a) importância fixa paga mensalmente diretamente pelo empregador como contraprestação ao trabalho.
- b) gratificação legal.
- c) percentuais sobre vendas realizadas.
- d) auxílio-alimentação pago em dinheiro.
- e) assistência médica, prestada mediante seguro-saúde.

28. O empregado que falta ao serviço, injustificadamente, por 8 dias não consecutivos dentro do período aquisitivo, fará jus a:

- a) 30 dias corridos de férias.
- b) 24 dias corridos de férias.
- c) 22 dias corridos de férias.
- d) 20 dias corridos de férias.
- e) 18 dias corridos de férias.

NOÇÕES DE ORÇAMENTO PÚBLICO

Leandro Ravyelle

29. Um município, ao elaborar sua Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2025, incluiu previsões orçamentárias que englobam diferentes tipos de despesas e receitas, com o objetivo de atender aos princípios orçamentários estabelecidos na legislação vigente. Dentre as disposições analisadas pela equipe de planejamento, a alternativa que está em consonância com os princípios orçamentários aplicáveis consta em

- a) A Lei Orçamentária Anual, de acordo com o princípio da periodicidade, pode ser elaborada para um período superior a 12 meses, desde que prevista no Plano Plurianual (PPA), a fim de contemplar obras e serviços de caráter contínuo.
- b) O princípio da universalidade, previsto na Lei nº 4.320/64, assegura que o orçamento deve conter todas as receitas e despesas, inclusive aquelas extraorçamentárias, para garantir maior controle e transparência na execução orçamentária.
- c) A inclusão de autorizações para a abertura de créditos suplementares na LOA de 2025 está em conformidade com o princípio da exclusividade, desde que respeitadas as previsões estabelecidas pela Constituição Federal de 1988.
- d) O princípio da unidade exige que todas as receitas e despesas, exceto as oriundas de fundos especiais, sejam reunidas em um único orçamento, devendo ser incluídas na LOA de maneira centralizada.
- e) O princípio da especificação ou especialização impede que a Lei Orçamentária Anual contenha categorias genéricas de despesa, com exceção das despesas relativas à amortização da dívida pública e investimentos plurianuais.

30. A equipe de planejamento de um município, ao elaborar o orçamento para o exercício financeiro de 2024, decidiu adotar o conceito de Orçamento-

Programa para organizar as prioridades de investimento e garantir o acompanhamento adequado dos resultados das políticas públicas. Diante desse cenário, o orçamento foi estruturado de acordo com os princípios que regem o Orçamento-Programa, e o gestor municipal solicitou que todas as ações fossem classificadas de forma a demonstrar claramente a relação entre os recursos alocados e os resultados esperados.

Com base nos conceitos e objetivos do Orçamento-Programa, conforme as normas vigentes no Brasil, assinale a alternativa correta:

- a) O Orçamento-Programa tem como objetivo principal o controle e a limitação do gasto público, sendo elaborado com base nos princípios da reserva orçamentária e da rigidez fiscal, não contemplando flexibilizações durante o exercício financeiro.
- b) A principal característica do Orçamento-Programa é a alocação de recursos de forma genérica para áreas prioritárias, sem necessidade de vinculação direta entre os programas orçamentários e os resultados das políticas públicas.
- c) Um dos princípios do Orçamento-Programa é que ele deve garantir que os recursos sejam alocados exclusivamente em despesas correntes, de modo a evitar a criação de novas dívidas públicas e assegurar o equilíbrio fiscal do ente federativo.
- d) O Orçamento-Programa se caracteriza pela vinculação entre os programas orçamentários e os resultados esperados, tendo como objetivo a efetividade das políticas públicas, ou seja, a obtenção de resultados mensuráveis por meio da aplicação dos recursos.
- e) A estruturação do Orçamento-Programa se fundamenta exclusivamente na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e nas metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), sem que haja necessidade de compatibilização com o Plano Plurianual (PPA).

31. O município de Águas Claras está em processo de elaboração de sua proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2025. Durante o processo, surgiram dúvidas sobre a correta vinculação entre o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Além disso, os vereadores discutem quais são os limites e as possibilidades de emendas parlamentares durante o processo de aprovação do orçamento. Considerando a disciplina estabelecida pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei nº 4.320/1964, assinale a alternativa correta:

- a) O Plano Plurianual (PPA) tem vigência de quatro anos e estabelece de forma detalhada todas as despesas correntes e de capital da administração pública federal, incluindo o orçamento de todas as empresas públicas e sociedades de economia mista.
- b) A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) tem como objetivo fixar as metas e prioridades da administração pública para o exercício financeiro subsequente, mas não pode dispor sobre as alterações na legislação tributária, pois isso é competência exclusiva da Lei Orçamentária Anual (LOA).
- c) A Lei Orçamentária Anual (LOA) deve conter a previsão de todas as receitas e a fixação de todas as despesas, respeitando os limites e as diretrizes estabelecidas pelo PPA e pela LDO, mas é vedado incluir qualquer autorização para operações de crédito, conforme o princípio da exclusividade.
- d) As emendas parlamentares ao projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) podem ser aprovadas, desde que sejam compatíveis com o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e indiquem os recursos correspondentes, admitindo-se unicamente como fonte a anulação de despesas do próprio orçamento.
- e) O Plano Plurianual (PPA) é um instrumento de planejamento de longo prazo, sendo revisado anualmente por meio da Lei Orçamentária Anual (LOA), com o objetivo de ajustar as prioridades do

governo federal para o exercício financeiro corrente.

32. Durante o processo de elaboração do orçamento para o exercício de 2025, a equipe de finanças de um ente público debateu sobre a correta classificação das receitas públicas e os procedimentos que devem ser seguidos para a sua apuração, conforme as disposições da Lei nº 4.320/1964. Um ponto de destaque foi a definição dos estágios da receita pública, especialmente em relação à previsão, lançamento e arrecadação das receitas.

Com base nas disposições da Lei nº 4.320/1964 sobre a Lei de Orçamento e a Receita Pública, assinale a alternativa correta:

- a) A receita pública prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA) deve, obrigatoriamente, ser superior à arrecadação efetiva, para garantir margem de ajuste ao longo do exercício financeiro, respeitando o princípio do equilíbrio orçamentário.
- b) A previsão orçamentária de receita se refere à estimativa das receitas a serem arrecadadas no exercício financeiro, enquanto o lançamento é o ato que verifica a procedência do crédito fiscal e constitui o débito do contribuinte, não fixando, entretanto, o exercício ao qual a receita pertencerá.
- c) A arrecadação é o primeiro estágio da receita pública, sendo o momento em que o Estado efetivamente recebe os valores correspondentes aos créditos constituídos, independente de previsão ou lançamento.
- d) A Lei nº 4.320/1964 estabelece que todas as receitas públicas, inclusive as receitas extraorçamentárias, devem ser previstas e lançadas no orçamento, a fim de garantir a observância do princípio da universalidade.
- e) As receitas de capital, previstas na Lei nº 4.320/1964, referem-se exclusivamente às operações de crédito, não sendo necessário que essas receitas passem pelos estágios de previsão, lançamento e arrecadação.

33. Durante o processo de execução orçamentária do município de Bela Vista, a equipe de contabilidade encontrou divergências sobre a classificação das despesas públicas, especialmente em relação às despesas orçamentárias e extraorçamentárias, efetivas e não efetivas. Considerando as disposições da **Lei nº 4.320/1964**, é fundamental compreender a correta categorização das despesas para assegurar a conformidade com os princípios orçamentários e patrimoniais.

Com base na Lei nº 4.320/1964 e nas normas gerais de execução orçamentária, assinale a alternativa correta sobre a classificação das despesas públicas:

- a) As despesas orçamentárias sempre reduzem o patrimônio público, e as despesas extraorçamentárias são aquelas relacionadas exclusivamente a operações de crédito, como a emissão de títulos e a antecipação de receita orçamentária.
- b) As despesas extraorçamentárias são aquelas que constam do orçamento, mas que não geram impacto direto no patrimônio líquido, como o pagamento de juros e encargos da dívida pública.
- c) Despesas orçamentárias efetivas são aquelas que constam da Lei Orçamentária Anual (LOA) e que resultam em redução do patrimônio líquido, como o pagamento de salários e a aquisição de materiais de consumo.
- d) Despesas efetivas são aquelas que, mesmo constando no orçamento, não causam impacto no patrimônio do ente público, como a amortização de empréstimos, uma vez que representam mera troca de ativos.
- e) Despesas extraorçamentárias são sempre efetivas, pois se referem a recursos que impactam diretamente o patrimônio do ente público, como as despesas de exercícios anteriores e restos a pagar processados.

34. No município de Santa Clara, durante o exercício financeiro de 2024, verificou-se a necessidade de abrir créditos adicionais para cobrir despesas que não estavam previstas no orçamento original. A equipe de planejamento orçamentário iniciou um debate sobre as categorias de créditos adicionais e os procedimentos para sua abertura, conforme disposto na **Lei nº 4.320/1964**.

Com base na **Lei nº 4.320/1964** e na doutrina orçamentária, assinale a alternativa correta sobre os créditos adicionais:

- a) Créditos suplementares destinam-se a despesas que não foram incluídas no orçamento inicial e, por isso, dependem de autorização em lei específica para sua abertura.
- b) Créditos extraordinários são abertos para despesas urgentes e imprevistas, como calamidades públicas, e dependem de autorização prévia na Lei Orçamentária Anual (LOA) para serem utilizados.
- c) Créditos especiais são destinados a despesas que não possuem dotação específica no orçamento, sendo sua abertura dependente de autorização legislativa e posterior inclusão na Lei Orçamentária Anual.
- d) Créditos extraordinários podem ser abertos por decreto do Poder Executivo, sem necessidade de autorização legislativa prévia, em casos de urgência e relevância, como guerra ou calamidade pública.
- e) Créditos suplementares e especiais têm como característica comum a autorização por decreto legislativo, independentemente da previsão em lei específica ou de existência de recursos disponíveis.

35. Em 2023, o município de Rio Verde precisou contratar novas operações de crédito para investimentos em infraestrutura urbana. De acordo com o regime fiscal municipal, foi emitido o Relatório de Gestão Fiscal e o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, ambos obrigatórios pela Lei Complementar nº 101/2000 (LRF). Durante a análise dos documentos, o Tribunal de Contas observou algumas irregularidades na publicação das informações.

Considerando o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, especificamente no que tange à transparência, controle e fiscalização, assinale a alternativa correta:

- a) O Relatório Resumido da Execução Orçamentária deve conter demonstrativo das receitas e despesas realizadas em até 30 dias após o encerramento de cada trimestre, para fins de transparência e controle.
- b) O Relatório de Gestão Fiscal deve ser publicado até 30 dias após o encerramento de cada quadrimestre, com informações sobre a dívida consolidada e mobiliária, e a apuração do limite de gastos com pessoal, e montante da receita corrente líquida.
- c) O Relatório de Gestão Fiscal, no caso dos municípios, deve ser emitido apenas pelo Poder Executivo, não havendo obrigatoriedade de emissão pelo Legislativo, salvo quando houver Tribunal de Contas no município.
- d) O Relatório Resumido da Execução Orçamentária deve ser emitido até 30 dias após o encerramento de cada bimestre, contendo, entre outros, o balanço orçamentário que demonstre as receitas e despesas da administração direta, fundos e fundações, autarquias e empresas estatais dependentes.
- e) O descumprimento dos prazos de publicação dos relatórios mencionados acarreta apenas sanções administrativas ao gestor responsável, sem interferir nas transferências voluntárias ou contratações de operações de crédito.

36. No exercício financeiro de 2024, a receita corrente líquida (RCL) de um ente estadual foi de R\$ 10.000.000,00. Durante uma auditoria do Tribunal de Contas, verificou-se que a despesa total com pessoal do Poder Executivo atingiu R\$ 5.800.000,00. Considerando o limite estabelecido pela Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a situação apresentada revela:

- a) Um descumprimento do limite legal para despesa com pessoal, já que o limite do Poder Executivo estadual é de 49% da RCL.
- b) Um cumprimento parcial das metas, visto que o limite prudencial para despesas com pessoal foi atingido, mas o limite máximo ainda não foi excedido.
- c) Uma situação regular, já que o limite máximo para a despesa com pessoal no âmbito do Poder Executivo estadual é de 60% da RCL.
- d) Uma irregularidade grave, já que as despesas com pessoal não podem ultrapassar 50% da receita corrente líquida do ente.
- e) Um descumprimento da LRF, uma vez que as despesas com pessoal devem respeitar o teto de 55% da receita corrente líquida, sendo aplicável a todos os entes federados.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

37. “A lei disporá sobre a organização, o funcionamento e a competência da Justiça Militar” (artigo 124, § único, da CF/88). A norma constitucional, segundo classificação de José Afonso da Silva tem aplicabilidade

- a) direta, imediata e integral.
- b) indireta, dependente de regulamentação.
- c) direta e imediata, mas não integral.
- d) mediata e direta.
- e) imediata e diferida.

38. O Estado Beta emendou sua constituição para determinar que sua Assembleia Legislativa seria competente para julgar o Governador de Estado pela prática de crime de responsabilidade.

Levando em conta o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, é correto afirmar que:

- a) A emenda é constitucional.
- b) A emenda é inconstitucional, sendo competente o Tribunal de Justiça.
- c) A emenda é inconstitucional, sendo competente o STJ.
- d) A emenda é inconstitucional, sendo competente o STF.
- e) A emenda é inconstitucional, sendo competente Tribunal Especial.

39. Dentre as atribuições do Presidente da República enumeradas na Constituição Federal, algumas poderão ser delegadas aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República e ao Advogado-Geral da União. Indique a alternativa que contenha apenas competência delegável.

- a) conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei.
- b) iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;
- c) remeter mensagem e plano de governo ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa.
- d) conferir condecorações e distinções honoríficas.
- e) enviar ao Congresso Nacional o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento.

40. A Constituição Federal proíbe o tratamento diferenciado entre brasileiros natos e naturalizados, exceto os casos que prevê taxativamente em seu texto. Dentre tais diferenças estão cargos privativos de brasileiros natos. A respeito do tema, indique a alternativa em os dois cargos devem ser privativos de brasileiros natos.

- a) Ministro do Superior Tribunal de Justiça e Senador.
- b) Secretário da Câmara dos Deputados e Vice-Presidente da República.
- c) Governador de Território e Presidente da República.
- d) General do Exército e Ministro de Estado da Defesa.
- e) Carreira diplomática e Ministro da Justiça e Segurança Pública.

41. O Tribunal de Justiça de Santa Catarina processou e julgou originariamente mandado de segurança impetrado contra o Governador do Estado. Sabendo que a decisão foi denegatória, o impetrante, inconformado, em grau de recurso, poderá interpor:

- a) recurso ordinário ao Supremo Tribunal Federal.
- b) recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça.
- c) recurso ordinário ao Superior Tribunal de Justiça.
- d) recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal.
- e) recurso especial ao Supremo Tribunal Federal.

42. Em relação aos direitos políticos, em conformidade com o estabelecido na Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) para concorrer a outros cargos, os Governadores de Estado devem renunciar aos respectivos mandatos até três meses antes do pleito.
- b) são inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
- c) o militar alistável é elegível e se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade.
- d) é vedada a cassação de direito políticos, salvo nos casos de condenação criminal transitada em julgado.
- e) a lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até dois anos da data de sua vigência.

DIREITO ADMINISTRATIVO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Herbert Almeida

43. A respeito das penalidades previstas na Lei 8.112/90 e com base no entendimento dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta.

- a) a autoridade julgadora não poderá alterar a capitulação legal da conduta do servidor, após a concessão do contraditório, sob pena de nulidade do processo administrativo disciplinar.
- b) ao caracterizar-se uma infração passível de demissão, a administração pública poderá optar pela suspensão do servidor, se esta penalidade for mais adequada ao caso concreto.

c) a cassação de aposentadoria de servidor só pode ser aplicada após o trânsito em julgado de sentença judicial que reconheça a ilegalidade da conduta do servidor.

d) quando configurada a hipótese de demissão prevista no art. 132 da Lei 8.112/90, a administração pública está vinculada à aplicação da penalidade de demissão, não tendo discricionariedade para optar por pena diversa.

e) a demissão de servidor público por infração disciplinar depende de prévia autorização judicial, conforme a jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça.

44. Acerca dos contratos administrativos regidos pela Lei 14.133/2021, assinale a alternativa correta:

a) a subcontratação de partes da obra ou serviço é permitida, independentemente da autorização da Administração Pública, bastando que o contratado comprove a capacidade técnica do subcontratado.

b) a subcontratação de pessoas que mantenham vínculo com dirigentes do órgão contratante é permitida, desde que o edital de licitação não contenha expressa vedação a essa prática.

c) a Administração Pública não tem a obrigação de se manifestar sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, salvo em casos de requerimentos manifestamente impertinentes.

d) a Administração deve decidir sobre todas as solicitações relacionadas à execução do contrato em até 30 dias, podendo prorrogar esse prazo por mais 30 dias.

e) o contratado não poderá subcontratar partes da obra ou serviço, mesmo com a autorização da Administração Pública, se a subcontratação for superior a 50% do valor total do contrato.

45. A respeito da improbidade administrativa, da suspensão do prazo prescricional e do inquérito civil, assinale a alternativa correta:

- a) após a conclusão do inquérito civil, a ação deve ser proposta no prazo de 30 dias, salvo em caso de arquivamento do inquérito.
- b) o prazo de suspensão do prazo prescricional, quando ocorre a instauração do inquérito civil, é de 180 dias corridos, podendo ser prorrogado por mais 180 dias.
- c) o inquérito civil instaurado pelo Ministério Público para apuração de ato de improbidade deve ser concluído no prazo de 365 dias, podendo ser prorrogado por mais 365 dias, desde que haja ato fundamentado.
- d) a instauração de inquérito civil ou de processo administrativo para apuração de ilícitos não suspende o prazo prescricional, que continua a contar normalmente durante esses procedimentos.
- e) o prazo máximo de suspensão do prazo prescricional em razão da instauração de inquérito civil ou processo administrativo é de 365 dias.

46. Com relação à Lei nº 9.784/99, assinale a alternativa correta sobre a desistência, renúncia e extinção de processos administrativos.

- a) a desistência ou renúncia do interessado não prejudica o prosseguimento do processo administrativo, independentemente da avaliação da Administração sobre o interesse público.
- b) a desistência ou renúncia atinge todos os interessados, mesmo que apenas um deles tenha formalizado a manifestação de vontade.
- c) a Administração deve, obrigatoriamente, declarar extinto o processo administrativo sempre que houver desistência ou renúncia do interessado.
- d) o interessado só pode desistir do pedido após a decisão final da Administração, não sendo permitida a desistência antes da análise do pedido.

e) o órgão competente poderá declarar extinto o processo quando exaurida sua finalidade, ou se o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente.

47. Acerca do regime constitucional dos servidores públicos e do entendimento dos Tribunais Superiores acerca do concurso público, assinale a opção correta:

- a) em regra, é possível a aplicação da teoria do fato consumado em concursos públicos, em especial quando os candidatos assumirem os cargos públicos por força de decisão judicial provisória que tenha sido posteriormente revista.
- b) os editais de concurso público podem, como regra, estabelecer restrição a pessoas com qualquer tipo de tatuagem, em razão do princípio da moralidade.
- c) é possível que os editais restrinjam a participação de candidatos que estejam respondendo a inquéritos ou ações penais, independentemente de lei que institua essa restrição.
- d) o limite de idade, quando regularmente fixado em lei e no edital de determinado concurso público, há de ser comprovado no momento da inscrição no certame.
- e) os testes de aptidão psicotécnica em concursos públicos têm validade ainda que previstos somente no edital do certame, desde que pautado em critérios objetivos.

48. Um município enfrenta um aumento no número de construções irregulares em sua área urbana. Para lidar com essa situação, a prefeitura decidiu implementar uma operação de fiscalização, com agentes de fiscalização da Secretaria de Urbanismo, para realizar inspeções em obras em andamento. Durante uma dessas fiscalizações, os agentes encontraram uma obra que não possuía alvará de construção e que não seguia as normas urbanísticas estabelecidas, como a altura permitida e a distância mínima das divisas. Diante da situação, os agentes da prefeitura lavraram um auto de infração e determinaram a suspensão imediata das atividades da construção até que o responsável regularizasse a situação junto à Administração Municipal. Além disso, o proprietário da obra foi notificado para comparecer à Secretaria de Urbanismo para apresentar sua defesa e regularizar a situação. Com base no caso apresentado e nas características da polícia administrativa e polícia judiciária, assinale a alternativa correta:

- a) a atividade realizada pela prefeitura é considerada polícia judiciária, pois envolve a apuração de ilícitos que podem levar a sanções penais.
- b) a fiscalização da obra irregular realizada pela prefeitura é um exemplo de polícia administrativa, que tem como objetivo a prevenção e a correção de condutas em desacordo com a legislação municipal.
- c) a polícia administrativa pode ser confundida com a polícia judiciária, pois ambas atuam na repressão de ilícitos e na aplicação de sanções.
- d) o auto de infração lavrado pelos agentes de fiscalização não é válido, pois somente a polícia judiciária tem competência para aplicar sanções administrativas.
- e) a atuação da polícia administrativa é sempre repressiva, buscando punir os infratores de forma imediata.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

Elisabete Moreira

49. A rede PERT/CPM consiste numa ferramenta utilizada na gestão de projetos para o dimensionamento do tempo de um projeto, que indica o tempo de um projeto e o caminho crítico. Este último representa:

- a) o caminho composto por atividades de menor tempo e de maior criticidade de um projeto.
- b) o caminho composto por atividades de menor tempo e que determinam o maior tempo de duração de um projeto.
- c) o caminho composto por uma atividade complexa e ambígua que pode comprometer a execução do projeto.
- d) o caminho composto por atividades de maior tempo e de maior duração de um projeto.
- e) o caminho composto por atividades de maior tempo e que determinam a menor duração do projeto.

50. O processo de gestão de desempenho pode se valer de vários métodos, com vantagens e desvantagens, com vistas a avaliar o desempenho de seus colaboradores, um desses métodos, que não é o mais utilizado atualmente por apresentar custos altos, além de ser demorado, mostra-se o mais completo de todos por ser focado no cargo e ainda contar com o suporte da área de RH junto ao avaliador. Esse método é denominado:

- a) escala gráfica.
- b) pesquisa de campo.
- c) listas de verificação.
- d) escolha forçada.
- e) método dos incidentes críticos.

51. Para garantir que os resultados esperados pela sociedade sejam alcançados pelas organizações públicas, o TCU, através do seu Referencial Básico de Governança Organizacional – RBGO, recomenda a realização de um conjunto de práticas que devem ser realizadas pelas instâncias de governança, a exemplo do Congresso Nacional, que pode ser entendido como uma instância:

- a) interna de apoio à governança;
- b) interna de governança;
- c) autônoma de administração tática;
- d) externa de apoio à governança;
- e) externa de governança.

52. Um dos métodos mais utilizados pela administração pública para medição e gestão de desempenho do planejamento estratégico é o Balanced Scorecard – BSC, desenvolvido por Kaplan e Norton, na década de 90, para atender ao monitoramento do desempenho organizacional. Sobre o tema, aponte a alternativa correta.

- a) A construção do BSC deve partir da visão e da estratégia definidas no âmbito do planejamento estratégico, integrando o geral ao particular, num processo de desdobramento até o nível operacional.
- b) Para viabilizar as mudanças necessárias na organização, os autores, Kaplan e Norton identificaram três papéis críticos a serem desempenhados nas organizações: construtor, comunicador e implantador.
- c) Constituem componentes do BSC os temas estratégicos, os objetivos estratégicos, as metas e o aprendizado e crescimento.
- d) O BSC constitui uma metodologia de formulação da estratégia, focado na implementação e no acompanhamento da estratégia.
- e) Os indicadores da perspectiva do Aprendizado e Crescimento devem ser priorizados, pois deve haver um equilíbrio entre os indicadores financeiros e não financeiros.

LOGÍSTICA

Ricardo Campanário

53. Sobre as vantagens competitivas que uma empresa obtém com uma administração de materiais bem organizada, analise os itens a seguir.

- I. Redução de custos.
- II. Redução do volume de investimentos em estoques.
- III. Melhores condições de compra por meio de negociações com os fornecedores.
- IV. Obsolescência de materiais em estoque ao longo do tempo

Assinale:

- a) se apenas os itens I e II estiverem corretos.
- b) se apenas os itens II e III estiverem corretos.
- c) se apenas os itens I, II e III estiverem corretos.
- d) se apenas os itens II, III e IV estiverem corretos.
- e) se todos os itens estiverem corretos.

54. Um posto de saúde precisa ter uma forma de gerenciar seus estoques de medicamentos, para atender melhor seus cidadãos. Em relação à gestão de estoques, é correto afirmar que:

- a) o estoque de segurança ou isolador é indicado quando houver alta previsibilidade entre oferta e demanda do material estocado;
- b) o estoque de ciclo ocorre quando um ou mais estágios na operação conseguem fornecer simultaneamente todos os itens necessários;
- c) o estoque é criado para aumentar as diferenças de ritmo entre demanda e fornecimento.
- d) o estoque no canal de distribuição ocorre quando a matéria-prima chega à fábrica por meio de dutos;
- e) o estoque de antecipação é o mais comumente usado quando as flutuações de demanda são significativas, mas relativamente previsíveis;

NOÇÕES DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Rubens Maurício

55. Jurandir, professor em estabelecimento de educação infantil, Agenor, professor em estabelecimento de ensino médio e Gilmar, professor em estabelecimento de nível superior, prestam diversas funções na docência, bem como funções administrativas nos respectivos estabelecimentos de ensino. No que diz respeito à aposentadoria, mais especificamente em relação à contagem do prazo para a concessão da aposentadoria de que trata o art. 40, § 5º, da Constituição Federal, é **incorreto** afirmar:

- a) Conta-se como tempo de efetivo exercício, para Jurandir, a docência e as atividades de direção de unidade escolar.
- b) Conta-se como tempo de efetivo exercício, para Agenor, a docência e as atividades de assessoramento pedagógico.
- c) Gilmar não pode se aposentar pelas regras especiais previstas para os professores, nos termos do art. 40, § 5º, da Constituição Federal .
- d) Conta-se como tempo de efetivo exercício, para Gilmar aposenta-se nas regras especiais aplicáveis aos professores, além da docência, a direção de unidade escolar e de coordenação e assessoramento pedagógico.
- e) Para fins de aposentadoria na qualidade de professor, Jurandir e Agenor deverão comprovar, exclusivamente, tempo de efetivo exercício em função de magistério na educação infantil, no ensino fundamental ou no ensino médio, bem como ter cumprido o período de carência exigido, 60 anos de idade e 25 anos de contribuição.

56. Quanto ao salário maternidade, nos termos da Lei nº 8.213/1991 e do Decreto 3.048/99, considere:

- I - O salário maternidade é devido à segurada da Previdência Social, durante 180 dias, com início no período entre 28 dias antes do parto e a data de ocorrência deste, observadas as situações e

condições previstas na legislação no que concerne à proteção à maternidade.

II - Ao segurado ou segurada da Previdência Social que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança é devido salário maternidade pelo período de 2 semanas.

III - No caso de falecimento da segurada ou segurado que fizer jus ao recebimento do salário maternidade, o benefício será pago, por todo o período ou pelo tempo restante a que teria direito, ao cônjuge ou companheiro sobrevivente que tenha ou não a qualidade de segurado, exceto no caso do falecimento do filho ou de seu abandono, observadas as normas aplicáveis ao salário-maternidade.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I, II e III.
- e) todas estão incorretas.

57. Quanto ao auxílio acidente, nos termos da Lei nº 8.213/1991 e do Decreto 3.048/99, podemos afirmar:

- a) O auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem sequelas que impliquem incapacidade para o trabalho que habitualmente exercia.
- b) O auxílio acidente mensal corresponderá a 91% por cento do salário-de-benefício.
- c) O auxílio acidente será devido a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio por incapacidade temporária, independentemente de qualquer remuneração, rendimento ou aposentadoria auferido pelo acidentado.
- d) A perda da audição, em qualquer grau, somente proporcionará a concessão do auxílio-acidente, quando, além do reconhecimento de causalidade entre o trabalho e a doença, resultar, comprovadamente, na redução ou perda da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.
- e) O auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado empregado, inclusive o doméstico, ao trabalhador avulso e ao contribuinte individual.

58. Dorival é segurado empregado filiado ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS e percebeu seus vencimentos no mês anterior da seguinte forma, depositados em sua conta corrente: R\$ 3.200,00 de salário contratual; R\$ 750,00 de auxílio alimentação; R\$ 1.200,00 de diárias de viagem a trabalho; R\$ 320,00 a título de vale-transporte, na forma da legislação própria; R\$ 800,00 de horas extras e R\$ 1.000,00 a título de participação nos lucros ou resultados da empresa, pagos de acordo com lei específica. Considerando o que prevê a legislação federal vigente, a sua contribuição social incidirá sobre o seguinte salário de contribuição:

- a) R\$ 5.950,00.

- b) R\$ 4.750,00.
- c) R\$ 7.270,00
- d) R\$ 3.200,00.
- e) R\$ 4.200,00.

59. Acerca da pensão por morte, conforme previsão da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, assinale a alternativa correta:

- a) A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data do óbito, quando requerida em até 120 dias após o óbito, para os filhos menores de 16 anos, ou em até 90 dias após o óbito, para os demais dependentes.
- b) Perde o direito à pensão por morte o condenado criminalmente por sentença com trânsito em julgado, como autor, coautor ou partícipe de homicídio doloso, exceto nos casos de tentativa desse crime, cometido contra a pessoa do segurado, ressalvados os absolutamente incapazes e os inimputáveis.
- c) A pensão por morte de segurado que deixar cônjuge, filho, mãe e irmão economicamente dependentes do segurado falecido, será rateada entre todos em parte iguais.
- d) O direito à percepção da cota individual cessará para cônjuge ou companheiro em 4 meses, se o óbito ocorrer sem que o segurado tenha vertido 36 contribuições mensais ou se o casamento ou a união estável tiverem sido iniciados em menos de 18 meses antes do óbito do segurado.
- e) O exercício de atividade remunerada, inclusive na condição de microempreendedor individual, não impede a concessão ou manutenção da parte individual da pensão do dependente com deficiência intelectual ou mental ou com deficiência grave.

60. São princípios e objetivos da seguridade social,
EXCETO:

- a) universalidade da cobertura e do atendimento.
 - b) uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
 - c) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
 - d) irredutibilidade do valor dos benefícios.
 - e) equidade na forma de participação nos benefícios.
-

Discursiva

A Responsabilidade Coletiva na Preservação do Meio Ambiente: o Combate às Queimadas e a Preservação da Natureza no Brasil

As queimadas, especialmente na Amazônia e no Cerrado, têm sido uma questão ambiental crítica no Brasil, causando devastação em larga escala. Além de prejudicar a biodiversidade e alterar os ecossistemas, esses incêndios contribuem para o aumento das emissões de gases de efeito estufa e comprometem a saúde das populações locais. Diante desse cenário, surgem debates sobre a responsabilidade tanto do governo quanto da sociedade na preservação da natureza e no combate a essas práticas destrutivas.

Considerando o papel dos governantes na formulação de políticas públicas eficazes, bem como a conscientização e o engajamento da sociedade civil, discuta como a preservação do meio ambiente e o combate às queimadas podem ser mais eficazes no Brasil. Avalie as ações de preservação já adotadas e sugira medidas para um futuro sustentável.

Instruções:

- A discussão deve abordar a responsabilidade dos governantes na criação e implementação de políticas ambientais eficazes.
- Avalie o papel da sociedade na preservação da natureza e no combate às queimadas.
- Proponha soluções para a redução das queimadas e para a preservação dos ecossistemas ameaçados no Brasil.

Desenvolva sua argumentação com base em dados, exemplos e soluções concretas, apresentando uma visão crítica e reflexiva sobre o tema.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
